

SEMINÁRIO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO PT
Brasília – DF
O Programa de Governo do PT no Combate ao Racismo

O Seminário Nacional de Combate ao Racismo foi realizado pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e Núcleo de Parlamentares Negros do PT no Congresso Nacional – Brasília/DF, no dia 06/06/2002.

Este seminário objetivou aprofundar os debates ocorridos nos seminários regionais (CENTRO-OESTE, NORDESTE, NORTE, SUDESTE E SUL) realizados pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo¹.

Para os Seminários Regionais² foram adotados como referência dois documentos: a) Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – LULA 2002, aprovado no XII Encontro Nacional do PT; e, b) O combate ao racismo e as eleições de 2002, elaboração preliminar da SNCR para o Programa de Governo³.

O Seminário Nacional, desenvolveu-se a partir da seguinte pauta:

- **Abertura:** Senadora Marina Silva – Comissão Nacional de Programa de Governo; Deputado João Paulo – Líder da Câmara dos Deputados; Deputado Luiz Alberto – Coordenador Núcleo de Parlamentares Negros; Martvs das Chagas – Secretário Nacional de Combate ao Racismo.
- **1º Painel:** Pós-Durban: Análise de conjuntura internacional e nacional. Exposição: Edna Roland (Fala Preta). Coordenação: Deputado Luiz Alberto (Coordenador do NUPAN/PT) e Martvs das Chagas (SNCR).

¹ Estes seminários foram realizados de acordo com o seguinte cronograma: 19,20 e 21 de abril – Rio de Janeiro/RJ; 26,27 e 28 de abril – Aracajú/SE; 03,04 e 05 de maio Porto Alegre/RS; 09, 10 e 11 de maio – Macapá/AP; e 10 e 11 de maio/Campo Grande - MS.

² Os seminários regionais tiveram como pauta: As eleições de 2002 e as políticas de promoção da igualdade; A questão racial negra pós Durban - III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata; A atuação do parlamento no combate ao racismo; Tática e estratégia de intervenção da militância negra.

³ Este documento foi elaborado com base na tese aprovada no 7º Encontro Setorial Nacional de Combate ao Racismo; as propostas de programa de governos de 1994 e 1998; e, reflexões sobre a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada setembro de 2001, em Durban – África do Sul.

- **2º Painel:** Políticas Públicas e Políticas afirmativas: Coexistência para a superação da desigualdade racial. Expositor: Roberto Martins (IPEA). Coordenadores: Deputado João Grandão (Câmara dos Deputados) e Deputado Luiz Alberto (NUPAN/PT).
- **3º Painel:** Estatuto da igualdade racial e Programa de Governo do PT. Expositores: Profº Ubiratan Castro de Araújo (Centro de Estudos Afro-orientais da UFBA), Deputado Paulo Paim (Câmara dos Deputados) e Matilde Ribeiro (Comissão Nacional de Programa de Governo). Coordenação: Martvs das Chagas (SNCR).

Contamos com a presença do candidato a presidente - Luiz Inácio Lula da Silva; parlamentares em todos os níveis; filiados e militantes do Partido do Trabalhadores e Movimento Social Negro; lideranças de organizações da sociedade civil.

O seminário contou com 150 participantes; representação de 14 Estados e 34 Municípios brasileiros; e representante de entidade dos Estados Unidos. Com esta representação tivemos cobertura de todas as regiões do país, reforçando os debates anteriores e encaminhando propostas para o programa de governo e campanha eleitoral.

Apresentaremos a seguir a síntese das reflexões:

Exposição 1 - Edna Roland

A expositora enfatizou que a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, foi um passo decisivo para inserir como eixo estruturante no debate político a questão racial e o combate ao racismo acerca do Brasil, em âmbito nacional e internacional. Afirma que discussões como estas devem ser travadas e negociadas, não só com o Governo brasileiro, como também com todos os países envolvidos na questão racial.

Sobre a conferência destaca que a palavra de ordem se constitui na expressão "reparações já", tema que já existia no bojo de todos os debates políticos de combate ao racismo, mas que com a III Conferência se fortaleceu e intensificou, principalmente no que toca à unificação de interesses de luta contra discriminação racial, o diálogo entre Brasil e todos os países latino-americanos. Outro ponto destacado foi que a ação dos debates após a

conferência contribuíram para o estabelecimento de relação bem objetiva entre escravidão/tráfico e discriminação/racismo, pois antes as Américas encaravam o racismo apenas como resultado do regime escravocrata. O racismo e a discriminação passaram, então, a ser encarados como causa e conseqüência da escravidão, que para ela figura como ponto de partida de todo mecanismo discriminatório, ou seja, o lugar de qualquer cidadão é definido de acordo com a cor de sua pele (Geografia da Cor).

Com tudo isso o debate das políticas compensatórias tomou uma dimensão importantíssima nas discussões para a reparação do crime histórico cometido durante o processo de escravidão, no Brasil e nos demais países que se edificaram com o sofrimento humano da população negra. Afirma que a questão racial não é apenas cultural como afirmam muitos discursos políticos, é sim um problema estrutural. O racismo tem peso econômico nas desigualdades raciais.

Assim, o programa de governo deverá apresentar como eixo estruturante a promoção de igualdade, partindo do reconhecimento dos negros e negras enquanto sujeitos políticos, portadores de direitos e valores históricos. Parte de algumas questões que devem pautar o debate: Quem são os 53 milhões de excluídos? Quem são os sub-cidadãos? Como vive a maioria dos trabalhadores negros? De uma maneira geral, considerando as reparações, a política deverá ser voltada para a África e não apenas para a África do Sul, com prioridade para os países de língua portuguesa.

Exposição 2 - Roberto Martins

O expositor enfatizou que a sua participação no Seminário Nacional de Combate ao Racismo era uma forma de contribuir com dados oficiais sobre a realidade da população negra em território nacional. Atentou para o fato de nenhuma pesquisa de Campanha das Eleições/2002 apresentar a preferência e a intenção de voto pelo recorte de cor (eleitorado). A questão racial deve ser tratada de maneira central nas eleições de 2002, deixando de ser marginalizada.

Foi demonstrado que de uns tempos pra cá, a questão racial virou agenda permanente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e este exercício contínuo

de pesquisa poderá ajudar na luta contra as desigualdades sociais, já que um órgão oficial do sistema governamental está incorporando o recorte de gênero/raça/cor nos procedimentos de suas pesquisas científicas.

Afirmou que uma sociedade que pratica o regime escravista paga também por este crime, mas que a população negra seqüestrada da África para o Brasil pagou, e seus descendentes pagam até hoje, com um sofrimento maior. Hoje, o expositor considera que as políticas públicas devem ter ações específicas e não universais no que tange a população negra do Brasil.

Comentários do Deputado Federal Luis Alberto

A questão racial no Brasil entra no campo de disputa ideológica. Deve-se partir de um conceito de nação que compreenda a dimensão da questão racial no país, pois o trabalho não começou com a imigração dos europeus. Não há democracia global, quando mais da metade da população vive as condições de sub-cidadania.

As questões ambientais estão estritamente ligadas às lutas dos remanescentes de quilombos, pode-se dizer que há um racismo ambiental em nosso país.

Exposição 3 – Ubiratan Castro de Araujo (Prof. Bira)

Deputado Paulo Paim (Câmara dos Deputados)

O Prof. Bira enfatizou que este é um importante instrumento de defesa da população negra, deve entrar na opinião pública nacional.

O Estatuto da Igualdade Racial – Projeto de Lei n. 3198 de 2000 – Deputado Federal Paulo Paim, prevê a defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Neste sentido, destacam-se:

a) DIREITO DE REPARAÇÃO

Reconhecimento do direito de reparação da população negra brasileira pelos danos sofridos em razão da escravidão e do regime subsequente de discriminação racial, quem estrutura a situação de miséria e de exclusão dos afro-descendentes no Brasil, conforme sustentado

pelo Movimento Negro e proclamado em Durban, na III Conferência Mundial contra o Racismo. REPARAÇÕES JÁ ! O direito à reparação deve ser entendido como um direito coletivo difuso, do qual é portador o conjunto da cidadania negra brasileira. O que exigimos é a reparação moral da memória dos que padeceram a escravidão, e a implementação de uma política de caráter reparatório que, ao mesmo tempo, corrija as desigualdades resultantes da discriminação racial, como também, extirpem da sociedade brasileira os mecanismos discriminatórios oriundos da escravidão, que continuam a rebaixar socialmente os descendentes de africanos no Brasil.

b) REPARAÇÃO MORAL

A reparação moral dos que sofrem no presente o resultado de toda uma história e cultura escravistas que reproduzem a discriminação negativa e a depreciação do negro perante os seus concidadãos brasileiros. Neste sentido torna-se imperativa uma revisão radical da História do Brasil, pela qual se restituam todos os créditos aos africanos e seus descendentes pela formação do Brasil. Também necessária é a reformulação do sistema educacional, especialmente de suas diretrizes curriculares, de modo a erradicar pela ação educativa o preconceito racial e a inferiorização do negro como integrante da sociedade brasileira. Um processo de reparação moral do negro no Brasil não estaria completo sem a efetiva garantia de um direito de imagem positiva do negro nos "mass media". A adoção deste conjunto de medidas deve resultar no reconhecimento pleno da cidadania negra por todos os brasileiros.

c) REPARAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

A reparação sócio-econômica deve se operar mediante a execução de políticas sociais de choque, do tipo "50 anos em 5" do presidente JK, com o objetivo de alterar, a curto prazo, os indicadores das desigualdades raciais no Brasil. Nestas políticas deverão estar incluídas as ações de discriminação positiva tais como a reserva de vagas, a instituição de cotas, e a instituição de prioridades em programas sociais para afro-descendentes no ensino superior, na formação técnica e profissional, no serviço público e no mercado de trabalho. Destacam-se duas linhas de ação de grande impacto de massa: a) para reparar a população afro-

descendente que constitui 70% dos 53 milhões de brasileiros que sobrevivem em uma situação social e econômica abaixo da linha de pobreza, urge uma política corajosa de distribuição de renda através a garantia de uma renda mínima incondicional. nos termos do projeto do senador Suplicy; b) extensão do ensino público e obrigatório para toda a população infantil de 0 a 6 anos de idade; c) inclusão como prioridade na política de reforma agrária a regularização das "terras de preto", abrangendo as terras de quilombo e as posses de comunidades negras após a abolição.

d) REPARAÇÃO NEGRA E SOCIALISMO

A política de reparação da população negra brasileira, juntamente com outras políticas de combate das desigualdades representa uma nova concepção de desenvolvimento pela qual o desenvolvimento humano é o eixo estruturante de uma política socialista de transformação social ainda nos marcos de uma economia de mercado.

O *Prof. Bira e o Deputado Paulo Paim* reafirmam que o estatuto prevê ações que visem a redistribuição de riqueza e reconhecimento do racismo como um elemento de perda material e econômica. Prevê, ainda, que as perdas da população negra desde a escravidão; a educação como compromisso desde a base; as terras de quilombo como parte da reforma agrária. E, por fim que as condições da liberdade não devem ser alienada de direitos econômicos e sociais.

Reafirmam a importância do estatuto enquanto um documento político a ser trabalhado pelo partido e pelo movimento negro em âmbito nacional. E como tal, deve ser incorporado às propostas do programa de governo.

Exposição 4 - Matilde Ribeiro

Como última exposição, cumpriu com a finalidade de fazer uma síntese das reflexões e propostas para a composição do documento final. Reafirma que as propostas e contribuições empreendidas durante o percurso dos seminários regionais serviram para enriquecer as elaborações até o presente momento.

As ações da SNCR, neste processo, representam um real amadurecimento do Partido dos Trabalhadores na luta contra a discriminação racial no Brasil. Identificou que o efeito de “ruptura” que propomos com esses debates, está inserido dentro das negociações necessárias para a construção do Programa de Governo do PT.

Foi feita uma síntese a respeito das diretrizes do caderno do Programa de Governo do PT/LULA 2002, tendo como eixos:

- **Social.** Formulação da questão social como eixo estruturante do plano de governo não pode guiar-se por políticas compensatórias; deve-se reforçar propostas e estratégias de inclusão social; e, o orçamento público deve ser repensado pela ótica do orçamento social (incluindo a perspectiva de política distributiva e a assistência social);
- **Nacional.** Resgate da história da construção da riqueza material e cultural do nosso país, resgatando o olhar dos trabalhadores e não apenas das elites brasileiras; fortalecimento da identidade do povo brasileiro enquanto nação;
- **Democracia.** Reafirmação da ética na política como principal instrumento político do PT; a perspectiva de inversão de prioridades e inclusão social; garantia da participação popular e democracia rumo a um desenvolvimento sustentável

Neste sentido, consideramos como um salto político o tratamento da questão social como principal eixo estruturante do programa de governo, o que implicará num grande esforço de elaboração política, pois isto significa a proposição de inversão de prioridades; na busca de ruptura com a ordem vigente; na necessidade de repensar a estruturação do orçamento público; e, na viabilização de propostas específicas para o enfrentamento das desigualdades raciais.

O documento já elaborado contém 18 propostas, voltadas a diversas questões sócio-raciais. Deverão, no entanto ser acrescentadas questões centrais apresentadas neste seminário:

- Reparções como ênfase para a definição das políticas públicas;
- Projeto de Lei - Estatuto da Igualdade Racial;
- Projeto de Lei complementar sobre o Fundo Nacional para o Desenvolvimento das Ações Afirmativas;
- Mapa de Distribuição para populações afrodescendentes, com definição de recursos públicos nos gastos orçamentários

Como linha geral, o documento sobre combate e superação do racismo, deverá garantir um desenvolvimento sustentável para um Brasil justo e igualitário para a população negra, deve-se dar destaque para alguns eixos: terra, trabalho, educação e saúde.

Debate

Após as exposições, abriu-se para um breve debate, que enfatizou as seguintes questões:

- Garantir o acesso e permanência no sistema educacional em todos os níveis: de 0 a 6 anos, secundária e também cotas para o ensino universitário. Deve-se propor ao MEC a revisão curricular, garantindo o desenvolvimento do FUNDEB (Fundo de Educação Básica);
- Combater ao racismo deve ser eixo do programa, considerando os impactos da pobreza sobre a população negra;
- A proposta em relação anemia falsiforme deve ser elaborada a partir de um programa integral, considerando a detecção, tratamento adequado e relação com um conjunto de ações que garantam qualidade de vida para a população negra;
- Garantir maior participação dos negros na política, responsáveis pelo desenvolvimento das propostas do programa de governo, prevendo a criação de organismos específicos;
- Reconhecer a importância da religiosidade africana para a formação do povo brasileiro, ponto fundamental para a cultura. Estado deve ser laico, a escolha de qual religião é de âmbito privado, da família;
- Reparções devem ser encaradas como combate a pobreza;

- Deve-se fortalecer a relação entre partido e movimento negro brasileiro, tendo por base uma visão de diversidade racial;
- Torna-se importante um amplo debate sobre as alianças partidárias, principalmente com o PL;
- Reconhecer a questão agrária de maneira global, incorporando os remanescentes dos quilombos.

Finalizando

O Secretário Nacional de Combate ao Racismo - Martins das Chagas (SNCR), deu ênfase a este processo de debates regional e nacional. Convidando aos participantes para a Reunião com Entidades do Movimento Negro e Militantes partidários que ocorrerá no dia 17 de Junho de 2002, das 15:00 às 17:30, na sede do PT Nacional com a presença de José Dirceu - Presidente do Partido dos Trabalhadores, e Audiência Pública das 18:00 às 20:00 horas, com Antonio Palocci - Coordenador Geral da Campanha.

Matilde Ribeiro

Integrante da Coordenação do Programa de Governo

Marcia Nascimento

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Junho/2002.